

OS DESAFIOS DO *COUNSELLING* PASTORAL NA PERSPECTIVA DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA



J. M. Brissos Lino

Resumo: O *Counselling Pastoral* comporta à partida, em si mesmo, alguns condicionalismos naturais. Também apresenta algumas especificidades de carácter teológico-espiritual, como, em primeiro lugar, um aspecto antropológico, um aspecto escatológico e um aspecto relacional, que o distinguem de outros tipos de *Counselling*.

Depois, o autor traça uma distinção entre aquilo que são os cuidados pastorais numa comunidade de fé e a actividade de *Counselling Pastoral*.

Apresenta uma série de motivações-problema que são típicas do *Counselling Pastoral*, passando depois a algumas situações de aconselhamento mais comuns nesta actividade.

Termina com um panorama da actividade de *Counselling Pastoral* na perspectiva da *Abordagem Centrada na Pessoa*.

Palavras-chave: *Counselling Pastoral* – aconselhamento – comunicação interpessoal – motivações-problema – *Abordagem Centrada na Pessoa*

Abstract: *Pastoral Counselling* englobes some natural conditions.

It presents specification in the theological-spiritual area. In the first place an anthropological aspect, then an eschatological aspect and finally a relational aspect, which makes it different from other kinds of counselling.

Later, the author distinguishes pastoral care in a community based upon faith, from the *Pastoral Counselling* activity.

He presents several motivations-problem which are typical of *Pastoral Counselling*. Then, he goes through several situations of counselling which are very common in this activity.

It finishes with a view over the *Pastoral Counselling* activity in the perspective of *Person Centered Approach*.

Keywords: *Pastoral Counselling* – *Counselling* – interpersonal communication – motivations-problem – *Person Centered Approach*

O *Counselling Pastoral* pode e deve ser encarado como uma forma de relação de ajuda muito particular e específica.

Carl R. Rogers definia o conceito de relações de ajuda como sendo “as relações nas quais, pelo menos, uma das partes procura possibilitar na outra o crescimento, o desenvolvimento, a maturidade, um melhor funcionamento e uma maior capacidade de enfrentar a vida”, ou ainda “uma situação na qual um dos participantes procura promover numa ou noutra parte, ou em ambas, uma maior apreciação, uma maior expressão e uma utilização mais funcional dos recursos internos latentes do indivíduo”. (Rogers, 1985)

Rogers parte do princípio, algo curioso, mas que nos parece lógico, de que: “se posso formar uma relação de ajuda comigo mesmo – se eu puder estar afectivamente consciente dos meus próprios sentimentos e aceitá-los – é grande a probabilidade de poder vir a formar uma relação de ajuda com outra pessoa”.

Porém, um padre, um pastor evangélico ou um líder espiritual em geral, especialmente quando fazem aconselhamento no âmbito do seu múnus espiritual ou na área de influência da sua comunidade local de fé, desenvolvem um tipo de trabalho e abordagem marcados à partida por alguns pressupostos que estabelecem “balizas”, desde logo, na relação com a pessoa que procura ajuda ou aconselhamento.

Esse tipo de “condicionalismos”, em primeiro lugar, tem a ver com aquilo a que podemos talvez chamar a **posição de poder** que a comunidade atribui ao conselheiro no seu status de líder.

Nos casos em que o conselheiro é também o líder da comunidade de fé, o aconselhando tende a colocar-se automaticamente num patamar de submissão. Tende a ficar intimidado, a não se abrir, a ter necessidade de medir as palavras muito bem e a resguardar-se mais do que faria eventualmente com um técnico anónimo, ou alguém que não representasse qualquer espécie de poder para aquela pessoa.

Mas também para o counsellor espiritual, mesmo integrando os princípios da Abordagem Centrada na Pessoa, esta não é uma situação fácil de gerir, pois que inerentemente ele é o detentor de um poder. E este facto, o saber que dispõe de um certo poder sobre o aconselhando,

A maneira como o counsellor gere o seu próprio poder é um dos aspectos fundamentais pois determina a forma como se processa a relação de ajuda, do ponto de vista rogeriano.

luzões para os problemas que, afinal, também são essencialmente seus. Consequentemente, a qualidade da relação estabelecida é bem diferente da preconizada por Carl Rogers a qual assenta num conjunto de atitudes relacionais tais como a compreensão empática, a aceitação incondicional positiva e que fazem parte do que o autor designou como sendo *as seis condições necessárias e suficientes* para que haja mudança psicológica.

A maneira como o counsellor gere o seu próprio poder é um dos aspectos fundamentais pois determina a forma como se processa a relação de ajuda, do ponto de vista rogeriano. O conceito de não-directividade é um dos suportes teóricos que conduz à diminuição da assimetria do poder (counsellor/aconselhando) pelo pressuposto de que cada pessoa (o cliente), desde que encontre condições favoráveis, tem em si a “sabedoria” de decidir qual a melhor forma de ultrapassar as suas dificuldades. Assim, não é o counsellor que tem a melhor solução mas sim o cliente. O papel do técnico é o de criar as condições relacionais que permitam ao cliente descobrir o seu próprio caminho e escolher a melhor solução para si próprio.

Outra questão tem a ver com uma **possível confusão de papéis**, em que o conselheiro espiritual pode incorrer.

De facto, a regra de ouro do sigilo das sessões de aconselhamento pode não constituir garantia suficiente para o aconselhando que se encontra incongruente, atravessando dificuldades especiais, visto que, existindo uma interacção de cariz religioso no âmbito da comunidade de fé, poderá reacear

no seu íntimo que a matéria das entrevistas venha eventualmente a estar envolvida nas prédicas, isto é, que os desabafos em privado possam vir a servir de “munição” para outras “guerras”, já que o contexto comunitário do qual faz parte é caracterizado por relações cruzadas e mais ou menos fortes.

Na verdade, quando existe uma confusão de papéis entre o ser counsellor e o ser pastor, o counselling tende a tornar-se ineficaz, pois que o aconselhando não encontra as condições favoráveis ao estabelecimento de um clima de confiança no qual, sem reservas e com liberdade, pode expressar o que pensa e o que sente.

Este é, pois, um outro aspecto que consideramos fundamental e que consiste na adesão e impregnação de um conjunto de valores de ordem ética, tais como o cumprimento rigoroso do sigilo profissional e da tomada de consciência da sua responsabilidade na forma como conduz o processo de alguém que lhe pede ajuda e que em si deposita confiança.

Maurice Wagner(1973) identificou, do seu ponto de vista, algumas atitudes do conselheiro, ou equívocos, que podem, potencialmente, ser geradoras de confusão nos papéis:

1. Visita em vez de aconselhamento. A visita sugere uma troca mútua de sentimentos, ideias e informações, num ambiente amigável e que não constitui, necessariamente, um pedido de ajuda. Mas já o aconselhamento, no quadro da Abordagem Centrada na Pessoa, implica uma conversa centrada na pessoa do aconselhando. É, assumidamente, uma relação de ajuda em que alguém, que está congruente, procura ajudar o outro, que se apresenta em incongruência.
2. Falta de tempo do conselheiro. Se o conselheiro for apressado, os seus possíveis comentários encorajadores poderão ser objecto de suspeita, parecendo estar a dizer apenas aquilo que o aconselhado quer ouvir, a fim de terminar a sessão o mais depressa possível. “Uma entrevista descontraída também faz com que o aconselhando sinta que está a receber toda a atenção do conselheiro (...) quando este se mostra apressado e impaciente, tende a formular julgamentos baseados em impressões precipitadas” Wagner (1973). É importante que o conselheiro tenha tempo que lhe permita ouvir o outro com atenção, manifestando-lhe cuidado e interesse por ele.

3. Rotular em vez de respeito pela diferença. A classificação imediata e apressada das pessoas, de acordo com *clichés* anteriormente assumidos, é uma tentação de muitos conselheiros, que acabam por se despedir das pessoas com um confronto rápido ou uma sugestão rígida. Mas esta atitude não facilita o desejo ou a vontade de um novo encontro para se ser ajudado.
4. Condenação em vez de imparcialidade. Quando o aconselhado se sente condenado ou censurado pelos seus comportamentos, atitudes ou motivações, tende a defender-se, a fechar-se, a demonstrar uma indiferença resignada ou a aceitar as palavras do conselheiro sob reserva. Ora nada disto contribui para o crescimento ou a actualização das potencialidades do aconselhando.
5. Querer resolver tudo num só momento. O interesse ou entusiasmo do conselheiro por vezes leva-o a prolongar demasiado uma sessão de aconselhamento. É preferível, se necessário, realizar sessões mais curtas e mais frequentes. O tempo é um contributo importante na resolução dos problemas das pessoas. As sessões demasiado longas provocam cansaço, confusão e falta de concentração, o que não concorre, de forma nenhuma, para potenciar os resultados da entrevista de ajuda.
6. Ser directivo. É um erro comum que demonstra não se acreditar nas potencialidades do aconselhando para a mudança. A não-directividade leva o conselheiro a uma atitude de ajuda do outro, tentando compreendê-lo de acordo com o seu quadro de referências interno e acompanhando-o no seu percurso a fim de lhe permitir descobrir por si mesmo, nos seus próprios *timings*, a forma de superar os bloqueios que o impedem de caminhar em direcção a uma vida mais plena.
7. Envolvimento emocional. A linha divisória entre o que é o interesse pela pessoa, na perspectiva de ajuda, e a perturbação e confusão devidas a um envolvimento emocional, pode vir a tornar-se ténue, pelo que o conselheiro deve estar atento para que se não verifique a perda da sua objectividade e deixe de estar em condições de dar uma ajuda efectiva. Algumas formas de evitar este perigo são o prestar atenção aos limites do *setting* da relação de ajuda, em questões como a duração fixa das entrevistas, o número das sessões e o evitar contactos de carácter íntimo. Estes cuidados não visam isolar o conselheiro, mas mantê-lo suficientemente objectivo para se manter no uso das suas competências a fim de prestar auxílio.
8. Distanciamento em vez de compreensão empática. As problemáticas apresentadas podem implicar pessoalmente o conselheiro, que se sentirá perturbado ou ameaçado no seu papel. Então pode começar a utilizar estratégias de distanciamento e de auto-protecção, esquecendo a importância fundamental de descentrar-se de si e estabelecer um clima de compreensão empática. O desenvolvimento pessoal do counsellor com o objectivo de um melhor auto-conhecimento e gestão das suas problemáticas pessoais parece ser um dos meios preconizado por diferentes autores cuja preocupação tem incidido em estudar quais as condições que aumentam a eficácia, numa relação de ajuda.

Há ainda a particularidade do counselling pastoral se **circunscrever principal e essencialmente ao universo das comunidades de fé.**

Em meios pequenos, de facto, dificilmente uma pessoa que não se identifica como católica se irá aconselhar com um padre. Da mesma forma, se alguém não for congregado numa igreja evangélica ou gravitar nas suas adjacências, como familiar, colega ou amigo de alguém que o seja, não irá, em situações normais, pedir ajuda a um pastor. E, neste último caso, isso acontece ainda com maior visibilidade, tal como sucede em geral, e por maioria de razão, em países de tradição religiosa católica, onde ainda existam preconceitos culturais, de fundo religioso, a vencer.

Ora, estes condicionalismos determinam que o counselling pastoral se circunscreva essencialmente ao âmbito das comunidades de fé.

Neste sentido, Gary Collins, defende a igreja local¹ como podendo funcionar em si mesma perfeitamente como uma comunidade terapêutica e recorre ao exemplo da Igreja Primitiva², que não era apenas uma comunidade de evangelização, ensino

1 Entende-se por igreja local a comunidade local de fé, na qual os fiéis interagem como grupo ligado entre si pela mesma fé, ordem e tradição religiosa.

2 Igreja cristã do 1.º século.

e disciplina cristã, mas também revelava todas as potencialidades para funcionar como comunidade terapêutica. Nesta linha de pensamento, o autor, acrescenta ainda:

“Os corpos locais de crentes podem oferecer apoio aos membros, cura aos indivíduos perturbados e orientação quando as pessoas tomam decisões e seguem em direção à maturidade.” (Collins, 1984)

Esta opinião é partilhada também por outros autores que referem ser realmente excepcionais os casos de pessoas absolutamente estranhas à comunidade de fé, que a ela recorrem, a pedir ajuda, como aconteceu no caso que Selwyn Hughes relata na sua obra “Um Amigo em Necessidade”:

“Logo no início do meu ministério, um estranho desganhado e angustiado, entrou uma noite, no vestíbulo da igreja e pediu a minha ajuda. Ele compartilhou comigo um profundo problema pessoal; mas eu, como não tive nenhum treino de aconselhamento na faculdade de teologia e como não possuía, com certeza, nenhuma habilidade inata para ajudar as pessoas a resolver os seus problemas, só consegui dizer: ‘Eu vou orar a Deus por si.’ E foi isso que fiz. Na manhã seguinte, o seu corpo foi removido do canal da cidade. Segundo me disseram, ele estava morto há pelo menos oito horas.

Depois de ouvir esta notícia ajoelhei-me no meu escritório e, do fundo da minha dor, clamei: ‘Senhor, faz-me um conselheiro!’” (Hughes, 1988)

Assim, e de acordo com esta perspectiva, o conselheiro pastoral não deve deixar de estar sempre preparado para intervir, no sentido do estabelecimento de uma relação de ajuda, em qualquer situação, prevista ou imprevista, dando apoio a pessoas, mesmo sendo desconhecidas, que por vezes o procuram e, frequentemente, em situações angustiadas e de desespero profundo.

ESPECIFICIDADES DO COUNSELLING PASTORAL

Tradicionalmente o Counselling Pastoral é feito por um ministro da igreja, quando pessoas pertencentes a uma comunidade de fé, e que têm a consciência de estar a atravessar dificuldades e problemas complicados, procuram o pastor, ou o padre, para obter uma orientação ou conselho espiritual. Esta é uma tarefa complexa, que exige uma grande preparação do conselheiro, nomeadamente a capacidade de saber ouvir, e a capacidade de mostrar ao outro a sua dispo-

nibilidade e respeito pela sua pessoa. No entanto, por vezes, nem todos os counsellors se encontram preparados para tal tarefa e, em alguns casos, não têm mesmo consciência das suas limitações ou incapacidades.

Jeffrey Hosick (1998) é uma das pessoas que defende a necessidade de uma formação adequada e a seguinte transcrição ilustra claramente o seu pensamento: “Infelizmente o nosso treino como ministros não nos dá a possibilidade de aprendermos sobre a profundidade e a amplitude das dinâmicas humanas. Pode um ministro dar conselho espiritual? Certamente! Mas pode um ministro, que nunca sofreu abusos sexuais, saber aconselhar alguém que passou por isso, sem primeiro compreender o problema através de alguma espécie de preparação? É impossível saber tudo. Além do mais, alguns assuntos requerem um tipo de conhecimento muito específico. E o treinamento de um pastor deve abarcar, entre muitas outras coisas, as outras disciplinas de pregação, estudo da Bíblia e visita dos enfermos”. (Hosick, 1998)

Segundo o Reverendo Jeffrey H. Hosick existem três elementos fundamentais que fazem do *Counselling Pastoral* algo único na sua essência. De uma forma sucinta vamos apresentá-los, fazendo uma caracterização de cada um deles.

O elemento antropológico

Onde os psiquiatras e psicólogos privilegiam a utilização de métodos científicos para observar, classificar e analisar comportamentos, o aconselhamento pastoral valoriza também, naturalmente, conceitos teológicos fundamentais para a fé cristã, como a Criação³, a Queda e a Redenção.

Para o crente, no processo de aconselhamento pastoral, está normalmente implícito o reconhecimento de um Deus Criador, a quem a identidade do homem de fé está vinculada e com quem dialoga para definição e consciencialização de quem é.

Ou seja, os cristãos consideram os seres humanos como criaturas que interagem uns com os outros e com Deus, valorizando-se como a expressão mais elevada da sua Criação.

O *Counselling Pastoral* identifica a nossa plataforma de vida em Deus, de quem procedemos e o contexto em que vivemos. E, nesse sentido, trabalha sobre conceitos específicos de identidade e relacionamento.

Este processo, ou esta clarificação, permite à pessoa, que pede ajuda, reduzir a ansiedade viven-

ciada pela solidão e isolamento.

Por outro lado, também o *counsellor* não se sente a fazer o trabalho sozinho, pois tem a convicção de que a presença de Deus no outro está para além dos momentos em que se encontram, isto é, quer a pessoa que pede ajuda quer o conselheiro sentem-se acompanhados (por Deus) no empenhamento de ultrapassar dificuldades ou, mesmo, na reestruturação de ordem pessoal.

O elemento da Queda⁴ dá ao crente uma perspectiva dos contornos para a dinâmica das tarefas interiores do ser humano.

Essa dinâmica é, em parte, espiritual, no que ela significa de movimento de interioridade e de relação com Deus e, em parte, humana, pela vivência do sofrimento e do sentido de separação de Deus.

Alguns teólogos que descrevem este conceito de separação⁵ como sendo uma espécie de “medo existencial”, inerente ao homem, que não mantém uma relação com o Divino, e que é potenciador de ansiedade e desespero.

A ideia de separação é muito abrangente. Inclui o sentido de separação de Deus, da separação dos outros seres humanos, da separação de si próprio e da separação da Natureza e da restante Criação.

Para muitos a separação é entendida como uma espécie de causa que se esconde por detrás das perturbações de personalidade, dos comportamentos anti-sociais, da actividade criminal, da auto-destruição e dos relacionamentos conflituosos, por exemplo.

No entanto, se considerarmos a separação como sendo um problema inerente à natureza humana em geral, mais do que, especificamente, a casos particulares, abre-se-nos o caminho para perceber que somos todos semelhantes nos nossos dons e nas nossas patologias.

O conceito de Redenção⁶ radica na esperança de que a separação não tem necessidade de persistir, mas pode ser superada através da pessoa, símbolo, amor e obra de Jesus Cristo.

A promessa da restauração do relacionamento da pessoa com Deus, confere-lhe responsabilidade moral traduzida na iniciativa da reconciliação entre os homens. Isto é, o sentimento de pertença exis-

tente entre os homens, como filhos de Deus, motiva cada um a trabalhar, à partida, de forma a identificar-se com o outro, facto que dá à pessoa uma dimensão de viver “*com*”, em comunidade.

Esta dialéctica da pessoa consubstanciada na gestão entre o individual e o social faz com que o *counselling* pastoral tenha intervenções centradas na pessoa (acompanhamento individual) e centradas na comunidade (através de pregações, ensino e adoração) pois que o *counsellor* tem também funções de ministro a quem são confiados os receios, as necessidades e as esperanças surgidas no seio da comunidade de fé.

O elemento escatológico

O segundo elemento que distingue o *counselling* pastoral das intervenções feitas no âmbito da psiquiatria e psicologia é a escatologia.

Na perspectiva do crente, a espécie humana move-se na História com um sentido e numa determinada direcção, tendendo para uma conclusão. Assim, os cristãos acreditam que há uma direcção na sua jornada, um propósito que os motiva, mas também um guia para a jornada. Este movimento e crescimento confere-lhes um contexto e um sentido para a vida.

Se não existe um sentido de Deus, não há movimento, nem um sentido de propósito; então, a falta de esperança e a autodestruição poderão surgir imediatamente. Neste sentido, se não se estiver em presença de um movimento em direcção a um ponto final na História da humanidade, também não haverá esperança nem sentido para a dor.

É através deste elemento escatológico que o cristão alcança um sentido para a dor, a qual não constitui o fim da sua história pessoal com Deus. A esperança habita-o porque a dor será e poderá ser superada. É, pois, a antecipação de que a morte não constitui a experiência final.

Assim, os cristãos estão dispostos a experimentar aventura e risco, à semelhança dos mártires do Cristianismo, porque sabem que o final da vida humana é também o princípio de uma existência

3 Doutrina cristã, que explicita que Deus criou o Universo e todas as criaturas animadas e inanimadas nele existentes, incluindo o ser humano.

4 Doutrina cristã que explicita que os primeiros seres humanos, Adão e Eva, desobedeceram deliberadamente ao Deus Criador, ficando sujeitos à condenação daí resultante, a qual afectou, entre outras coisas, a sua relação privilegiada com o próprio Deus.

5 Posição espiritual do Homem perante Deus, com quem tem um relacionamento desfeito em consequência da Queda.

6 Doutrina cristã que estabelece que o ser humano só poderá reatar o seu relacionamento com Deus através de Jesus Cristo, que se entregou em sacrifício vivo para nos libertar da condição de separação e falta de comunhão decorrentes da Queda.

sobrenatural. Ao integrarem esta perspectiva escatológica têm a convicção de poder contribuir para que futuras gerações (os filhos e os netos) aprendam com o passado e perspectivem esperanças para uma vida de plenitude.

Dá-lhes segurança saber que Deus existia antes deles mesmos e será depois deles mesmos, no tempo único e período histórico único que ocupam, e têm ainda a responsabilidade de dar uma contribuição e marcar uma diferença para o que há-de vir.

O elemento relacional

O Jesus-Homem providencia um excelente modelo de aconselhamento pastoral.

Jesus de Nazaré acompanhou os seus seguidores, viveu com eles, tocou-os, amou-os, dependeu deles e divertiu-se com eles. Esta forma de estar no mundo e de se relacionar é uma referência para os que praticam o *counselling* pastoral pois que lhes permite reflectir sobre a qualidade do investimento do *counsellor* na vida das pessoas.

O *counsellor* não dispõe de um código moral superior nem de valores mais altos que o aconselhando. Deus ama ambos de igual forma.

Também é importante que o *counsellor* não veja a sua tarefa de “fazer alguma coisa pelo outro” como que utilizando *forceps* esterilizados.

É vital que o *counsellor* se veja a si próprio como uma pessoa admitindo que a sua própria tendência para o mal, desespero, doença, vulnerabilidade e, até, a possibilidade de perturbação mental são semelhantes às do cliente. Jesus Cristo recomendou que nos amassemos uns aos outros tal como ele fazia. Então, sempre que uma pessoa experiencia o amor de Deus, desenvolve em si uma forma modelar de relacionamento baseada no amor. E isso é um enorme privilégio para o *counsellor* e para o aconselhando poderem partilhar as suas próprias experiências do amor de Deus um ao outro.

É o amor de Deus encarnado, tal como Jesus o demonstrou.

Na nossa perspectiva, o *counsellor* pastoral não pode deter-se apenas nestas especificidades de ca-

rácter mais teológico e espiritual, mesmo se as considera importantes.

Consideramos que persiste a necessidade de observar e entender a complexidade da pessoa e de aprofundar, em termos científicos, os aspectos relativos à própria ordem estabelecida pela Criação.

Consideramos ainda que o *counsellor* pastoral, que integra os princípios filosóficos do movimento da Abordagem Centrada na Pessoa, deverá fazer um trabalho pessoal de modo a desenvolver atitudes que lhe permitam estar centrado no outro, acreditando nas potencialidades deste para encontrar um projecto de vida que pode, eventualmente, ser sedimentado pela dimensão espiritual.

Para o *counsellor* pastoral, que trabalha na área da Abordagem Centrada na Pessoa, há que prestar atenção redobrada à sua própria atitude, já que esta é um dos aspectos sublinhados por Rogers quando se refere ao que é essencial num quadro de relação de ajuda. Mais especificamente, diz que a qualidade relacional vivenciada no setting terapêutico é modelar para o aconselhando, permitindo-lhe uma reorganização na relação consigo próprio e com os outros.

DIFERENCIAÇÃO ENTRE O QUE SÃO CUIDADOS PASTORAIS E O QUE É COUNSELLING PASTORAL

Nem toda a actividade dos líderes espirituais pode ser considerada *counselling* pastoral. A maior parte das suas tarefas define-se melhor como pertencendo à área dos cuidados pastorais.

O cuidado pastoral é muito vasto e prende-se com o suprimento das necessidades imediatas da pessoa.

Inclui trabalho com idosos, presos, estudantes, doentes hospitalizados, deficientes, enfermos e to-

dos os que estão, de alguma forma, limitados nas suas capacidades ou carenciados. E, também com os outros.

No fundo, o cuidado pastoral é o relacionamento que o líder espiritual tem com a outra pessoa e que permite acompanhá-la, especialmente em tempos de dificuldade, fazendo uso de uma boa capacidade de escuta do outro, compreensão empática

Para o *counsellor* pastoral, que trabalha na área da Abordagem Centrada na Pessoa, há que prestar atenção redobrada à sua própria atitude, já que esta é um dos aspectos sublinhados por Rogers quando se refere ao que é essencial num quadro de relação de ajuda.

e presença pastoral.

No cuidado pastoral a iniciativa do relacionamento parte normalmente do líder espiritual, em função da tomada de consciência das necessidades específicas da pessoa carente. Por vezes, isto inclui tanto os tempos de celebração como os tempos de tristeza e pode, e deve, envolver a comunidade de fé.

O *counselling* pastoral deve ter, à partida, um *setting* próprio e é diferente dos cuidados pastorais. Só deve ser exercido por quem foi, efectivamente, formado em *counselling*.

A tarefa do *counselling* pastoral é o acompanhamento de alguém que chega e pede ajuda específica; a iniciativa parte da pessoa que procura o *counsellor* com o objectivo de trabalharem juntos, frequentemente durante um período de tempo determinado e pré-estabelecido.

É necessário adquirir uma formação que lhe permita desenvolver uma atitude de escuta de modo a ouvir a pessoa naquilo que ela descreve como sendo a sua problemática e, ao mesmo tempo, conseguir descodificar qual o pedido de ajuda que está a ser feito de uma forma explícita ou implícita.

Do ponto de vista da Abordagem Centrada na Pessoa o mais importante não é o problema, ou mesmo a sua causa, mas sim, a maneira como a pessoa o vivencia. Um casal onde existem problemas de comunicação ou uns pais que se defrontem com um filho toxicodependente, em ambos os casos, são pessoas sofrendo que necessitam de ser ouvidas e acompanhadas na sua dor, não só com um efeito catártico, mas também com uma ajuda efectiva que lhes possibilite uma re-elaboração na forma de gerir a sua problemática. Paralelamente o *counsellor* deve também saber descodificar e estar preparado com conhecimentos que lhe permitam dar informações úteis à pessoa que a ele recorre e que lhas solicita.

Em síntese, a presunção de que, se uma pessoa é competente na prestação de cuidados pastorais, também será competente em *counselling* pastoral é errada. A questão é que, se nos aventurarmos em águas profundas sem o nosso próprio colete salva-vidas de conselho e supervisão, colocamo-nos a nós mesmos em perigo e também aos nossos clientes.

CONCLUSÃO

Para que a actividade do *counselling* pastoral se possa verificar, na perspectiva da Abordagem Centrada na Pessoa, é necessário que o *counsellor* (tentando manter-se num estado de congruência) e

o aconselhando (estando em incongruência) entrem em contacto psicológico. As condições facilitadoras ao *encontro* assentam no desenvolvimento de um clima de confiança cuja responsabilidade cabe ao *counsellor*, nomeadamente na forma como aceita incondicionalmente o outro (cliente) e lhe transmite a sua compreensão empática do que está a ser vivido naquele momento (discurso cognitivo, emocional, silêncios, comunicação não-verbal) de forma que seja perceptível. Estas condições que enumerámos são propícias para que se dê uma mudança psicológica, já que, como dizia Carl Rogers na sua obra "Sobre o Poder Pessoal", a Abordagem Centrada na Pessoa é justamente baseada

Do ponto de vista da Abordagem Centrada na Pessoa o mais importante não é o problema, ou mesmo a sua causa, mas sim, a maneira como a pessoa o vivencia.

na premissa de que "o ser humano é basicamente um organismo digno de confiança, capaz de avaliar a situação externa e interna, compreendendo a si mesmo no seu contexto, fazendo escolhas construtivas quanto aos próximos passos na vida e agindo a partir dessas escolhas". (Rogers, 1989)

Estamos, portanto, a falar de uma premissa, isto é, de um ponto de partida, que está na origem da razão de ser do modelo da Abordagem Centrada na Pessoa.

Em que termos é que esta premissa compromete ou põe em causa a prática dos que fazem *Counselling* Pastoral?

O ceticismo de alguns autores evangélicos perante o modelo da Abordagem Centrada na Pessoa, baseia-se na ideia de que o *counselling* pastoral não deve ser não-directivo ou centrado na pessoa, contrariamente à teoria desenvolvida por Rogers. Segundo estes, a razão fundamental, reside no facto de considerarem que os recursos dos quais a pessoa humana pode lançar mão não estão, afinal, dentro dela. Jay E. Adams (1980) acha mesmo que, de acordo com o quadro teórico rogeriano, a ideia de Deus torna-se desnecessária, afirmando mesmo, que o *counselling* pastoral praticado segundo o modelo da Abordagem Centrada na Pessoa nega os fundamentos de uma fé genuinamente bíblica.

Mas tal posicionamento, claramente conservador na nossa opinião, não encontra eco, por exem-

plo, num dos mais respeitados autores cristãos e professor de Psicologia em Illinois (EUA), de nome Gary Collins. Este, recorre à própria prática de

tencial e espiritual

Não há dúvida que para os crentes a Queda bloqueou o seu desenvolvimento natural em direcção à maturidade, o seu crescimento como pessoas, e que esses bloqueios se manifestam de muitas e variadas formas, entre elas através de problemas existenciais, pessoais e relacionais.

O grande desafio do *counsellor* pastoral, que opera no contexto da Abordagem Centrada na Pessoa, é ajudar o cliente, sem acusação ou recriminação, a superar esses bloqueios, com vista ao desenvolvimento da pessoa como um todo, quer na dimensão psicológica quer na espiritual, em direcção a um funcionamento plenamente conseguido das suas competências e em harmonia com os valores nos quais acredita.

O grande desafio do *counsellor* pastoral, que opera no contexto da Abordagem Centrada na Pessoa, é ajudar o cliente, sem acusação ou recriminação, a superar esses bloqueios, com vista ao desenvolvimento da pessoa como um todo,

aconselhamento de Jesus Cristo para explicitar o seu ponto de vista:

“O conselheiro directivo-confrontacional reconhece que Jesus tinha às vezes esta atitude; mas também o não-directivo (ou centrado no cliente), encontra apoio para esta abordagem noutros exemplos de ajuda prestada por Jesus, aos necessitados. É indiscutivelmente mais exacto afirmar que Jesus fez uso de várias técnicas de aconselhamento, dependendo da situação, da natureza do aconselhando e do problema específico”. (Collins, 1984)

quer na dimensão psicológica quer na espiritual, em direcção a um funcionamento plenamente conseguido das suas competências e em harmonia com os valores nos quais acredita.

De facto, no Evangelho de S. Lucas vemos que, quando Jesus de Nazaré entrou em casa de Zaqueu, o chefe da fazenda pública da cidade de Jericó, não usou de confrontação ou censura, mas antes optou por agir de outra forma, e segundo o nosso ponto de vista, entrou em contacto psicológico manifestando-se como pessoa através da sua presença e, centrando-se no quadro de referências do outro, correspondeu empaticamente à alegria com que estava a ser recebido pelo dono da casa.

O resultado foi espectacular, ou seja, Zaqueu decidiu *por si mesmo* distribuir metade da sua riqueza pelos pobres e restituir em quadruplicado a quem quer que até ali tivesse sido defraudado.

A compreensão bíblico-teológica de que o ser humano foi “criado à imagem e semelhança de Deus” permite-nos inferir que, como postulava Rogers, estão em nós todas as potencialidades para o crescimento. Ou melhor, o facto de nos podermos identificar com Deus leva-nos a acreditar que somos na verdade “um organismo digno de confiança” cabendo-nos, no entanto, a responsabilidade de criar as condições facilitadoras para que tal aconteça, já que é o autor do seu próprio projecto existencial

Bibliografia

- Rogers, C.R. (1985), *Tornar-se Pessoa*, Lisboa, Moraes Editores, pp. 43 e 55.
- Wagner, M. E. (Julho 1973), *Hazards of Effective Pastoral Counselling*, parte um, “Journal of Psychology and Theology”, I, p. 37.
- Collins, G. R. (1984), *Aconselhamento Cristão*, S. Paulo, Edições Vida Nova, p. 14.
- Hughes, S. (1988), *Um Amigo em Necessidade*, Lisboa, Edições NA, p. 8.
- Hosick, J. H. (1998), *Pastoral Counselling – What is it? Do we have something to offer?*, Atlantic Baptist Magazine.
- Rogers, C. R. (1983), *Um Jeito de Ser*.
- Rogers, C. R. (1989), *Sobre o Poder Pessoal*, S. Paulo, Livraria Martins Fontes Editora.
- Adams, J. E. (1980), *Conselheiro Capaz*, S. Paulo, Editora Fiel.
- Bíblia Sagrada* (1996), Deerfield, Editora Vida, p. 71.